

Ano IV, v.2 2024 | submissão: 09/08/2024 | aceito: 11/08/2024 | publicação: 13/08/2024

O repositório institucional para os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030

The contribution of the institutional repository to the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda

Gizele Cristine Nunes do Couto

Ivanise N. Mendes

Resumo

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam ações globais em prol do desenvolvimento humano, social, ambiental e econômico. Neste contexto, os Repositórios Institucionais (RI), ao promoverem o acesso aberto à produção científica, acadêmica e educacional, revelam-se instrumentos estratégicos para alcançar metas associadas, especialmente ao ODS 4 – Educação de Qualidade, mas também a outros como o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Este artigo discute o papel dos repositórios institucionais na promoção dos ODS, destacando suas potencialidades para democratizar o conhecimento, fortalecer a ciência aberta e fomentar práticas de sustentabilidade nas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Repositórios Institucionais; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Acesso Aberto; Ciência Aberta; Educação de Qualidade.

Resumen

La Agenda 2030 de las Naciones Unidas (ONU) establece 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) que guían las acciones globales hacia el desarrollo humano, social, ambiental y económico. En este contexto, los Repositorios Institucionales (RI), al promover el acceso abierto a la producción científica, académica y educativa, se convierten en instrumentos estratégicos para el logro de los objetivos asociados, en particular el ODS 4 (Educación de Calidad), pero también otros como el ODS 9 (Industria, Innovación e Infraestructura) y el ODS 16 (Paz, Justicia e Instituciones Sólidas). Este artículo analiza el papel de los repositorios institucionales en la promoción de los ODS, destacando su potencial para democratizar el conocimiento, fortalecer la ciencia abierta y fomentar prácticas de sostenibilidad en las instituciones de educación superior.

Palabras clave: Repositorios Institucionales; Objetivos de Desarrollo Sostenible; Acceso Abierto; Ciencia Abierta; Educación de Calidad.

1. Introdução

A criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela ONU, em 2015, trouxe um novo paradigma para políticas públicas e institucionais em nível global. Dentre os 17 objetivos e 169 metas propostas, destacam-se ações voltadas à erradicação da pobreza, promoção da saúde e do bem-estar, igualdade de gênero, inovação, paz e justiça, com ênfase particular na garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 4).

As universidades e centros de pesquisa têm papel fundamental nesse cenário, uma vez que produzem conhecimentos que subsidiam decisões estratégicas em diferentes esferas. Nesse contexto, os Repositórios Institucionais (RI) se consolidam como ferramentas de disseminação de conteúdo científico e educacional de acesso aberto, aproximando-se diretamente dos princípios da Agenda 2030. Este artigo propõe uma análise crítica sobre a contribuição dos RIs para os ODS, especialmente

à luz das práticas de acesso aberto e dos Recursos Educacionais Abertos (REA).

A Agenda 2030 representa um compromisso internacional firmado por 193 Estados-membros das Nações Unidas em prol de um modelo de desenvolvimento centrado na sustentabilidade, equidade e dignidade humana. Com a definição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ONU estabelece um marco político e estratégico para a ação governamental, institucional e cidadã. As instituições de ensino superior (IES), enquanto espaços de produção e difusão de conhecimento, têm papel estratégico no cumprimento desses objetivos.

Nesse contexto, os Repositórios Institucionais emergem como ferramentas essenciais para a promoção da Ciência Aberta e da educação de qualidade, contribuindo para a democratização do acesso à informação, a formação cidadã e o fortalecimento de parcerias. Este artigo objetiva discutir a contribuição dos repositórios institucionais para os ODS, com destaque para suas potencialidades e limitações em instituições brasileiras.

2. REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E A POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO

Uma biblioteca digital é um conjunto organizado de materiais digitais — como textos, vídeos e áudios — com ferramentas para acesso, busca, organização e preservação. Seu objetivo é oferecer conteúdos acessíveis e relevantes para educação e pesquisa, contando com infraestrutura técnica e profissional adequada. Essas bibliotecas utilizam metadados, protocolos padronizados e sistemas de indexação que garantem acesso eficiente e expansão futura.

A expressão ‘repositórios digitais’, no contexto do acesso aberto, é empregada para denominar os vários tipos de aplicações de provedores de dados que são destinados ao gerenciamento de informação científica, constituindo-se, necessariamente, em vias alternativas de comunicação científica. (LEITE, 2009)

Segundo Leite (2009), com base nesses atributos, todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital, mas nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional. Assim, um repositório institucional é formado por um conjunto de serviços e tecnologias que possibilitam a coleta, gestão, acesso, disseminação e preservação de materiais digitais criados por uma instituição. Embora a maioria desses repositórios esteja localizada em instituições de ensino superior, como universidades e faculdades, eles também podem ser encontrados em museus, agências governamentais, empresas e outras organizações. Nas universidades e faculdades, os repositórios institucionais geralmente são administrados pela biblioteca, com a finalidade de armazenar e divulgar conteúdos como artigos científicos antes e após a publicação, teses, dissertações, relatórios de estágio, documentos técnicos, livros, capítulos de livros, materiais didáticos, anais de eventos, bem como gravações de áudio e vídeo, entre outros recursos voltados à educação.

A expressão repositórios digitais, no contexto do movimento mundial em favor do acesso aberto, é utilizada para denominar os vários tipos de provedores de dados que constituem vias alternativas de comunicação científica. Cada um dos tipos de repositórios digitais possui funções específicas no sistema de comunicação científica e aplicações próprias voltadas para o ambiente no qual será utilizado. (SAYÃO et al, 2009)

São os repositórios institucionais, como componente da implementação do conceito de ciência aberta, que desempenham um papel importante em garantir o acesso do usuário à informação na sociedade global, onde sua interoperabilidade é fundamental para facilitar a descoberta global de conteúdos no contexto educacional. Sob a influência do movimento de acesso aberto, o gerenciamento de metadados tornou-se uma das áreas mais dinâmicas no desenvolvimento de repositórios digitais, onde buscaram desenvolver ferramentas específicas para facilitar a busca dos materiais informacionais diante da grande disseminação, viabilizando sua acessibilidade e diminuindo o esforço necessário para encontrar os materiais de qualidade. Estes parâmetros consistem na implementação de buscadores como palavra-chave, formato, idioma, sites e tamanho, como também critérios específicos, como tipos de uso do material e licenças específicas, assim garantindo uma delimitação para pesquisas.

Assim, definir políticas que garantam sua finalidade como disponibilização, atribui aos seus usuários papéis importantes que promovem um compartilhamento contínuo dos recursos submetidos no sistema. Segundo o Modelo Open Archival Information System – OAIS (Consultative Committee for Space Data Systems, 2012), os principais papéis dos usuários de um repositório são: produtor, aquele que desenvolve recursos para serem disponibilizados, compartilhados e preservados pelo repositório; gestor, aquele que define as políticas em um domínio mais amplo, como parte de uma organização, ou até para a comunidade científica especificamente; consumidor, aquele que busca a interação com o repositório por meio da obtenção de recursos digitais de acordo com seus interesses em particular.

De acordo com Leite (2009),

Existe grande quantidade de plataformas para a criação de repositórios institucionais. Contudo, algumas características essenciais devem estar presentes nas funcionalidades de um software para que este atenda eficientemente às demandas de um repositório em sintonia com o acesso aberto.

O software mais utilizado para a criação dos repositórios institucionais é o DSpace, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) em colaboração com a Hewlett-Packard Corporation (www.duraspace.org), que se caracteriza por ser software sob um acordo de código aberto, que tem a função de desempenhar o papel de biblioteca digital.

O software DSpace pode ser descrito como um sistema composto por: armazenamento: que atua como repositório físico para os metadados associados ao conteúdo; lógica de negócios: encarregada de administrar o conteúdo armazenado, os usuários do sistema (e-people), as permissões

de acesso e os processos de trabalho; aplicação: formada por componentes que interagem com o ambiente externo à instalação específica do DSpace.

Uma universidade ou instituição precisa de um repositório digital para armazenar artigos científicos e dissertações produzidos por sua comunidade acadêmica. Nesse contexto, o DSpace se destaca como uma ferramenta essencial, pois permite não apenas a criação de comunidades, mas também de coleções, como Recursos Acadêmicos. Além disso, oferece a funcionalidade de autoarquivamento dessas coleções, um recurso indispensável para a eficiente gestão de um repositório institucional.

As principais razões para optar pelo DSpace na implementação de repositórios institucionais incluem: ser um software de código aberto, permitindo personalização conforme as necessidades da universidade ou instituição; apresentar características que tornam sua instalação e operação simples, tanto para analistas de sistemas quanto para os gestores do repositório; oferecer uma interface intuitiva, facilitando o uso por toda a comunidade acadêmica; possuir um conjunto básico de funcionalidades que pode ser ampliado ou integrado a serviços e ferramentas complementares do ecossistema acadêmico.

A sustentabilidade tem ganhado destaque nas bibliotecas de ensino superior, especialmente no uso de repositórios institucionais para preservar e disseminar a produção científica. Para isso, é essencial adotar tecnologias eficientes e sustentáveis. Estudos indicam que políticas institucionais de depósito obrigatório aumentam o uso desses repositórios. Além disso, observa-se avanço na qualidade dos metadados e na semântica da informação, consolidando os repositórios como parte da realidade acadêmica atual.

Repositórios institucionais... Constituem poderosa alternativa que, do ponto de vista da disponibilidade e do acesso irrestrito à informação, potencializa a produção do conhecimento e, do ponto de vista da disseminação da informação, proporciona a visibilidade e a maximização do impacto de resultados de pesquisa por meio da ampliação do seu acesso. (LEITE, 2009)

A inclusão de materiais em repositórios institucionais (RIs) não garante seu uso efetivo na educação. Para serem úteis, esses recursos devem ser abertos, reutilizáveis, educacionalmente relevantes, interoperáveis e conectados a outras plataformas. Isso possibilita práticas de educação aberta e a integração dos conteúdos ao ensino.

Os RIs apoiam estratégias institucionais de acesso aberto, permitindo curadoria, atualização e personalização dos conteúdos, além de sua preservação. No entanto, para seu sucesso, é essencial garantir padrões técnicos, controle de qualidade, boa recuperação da informação e respeito aos direitos autorais.

Esses repositórios contribuem diretamente para os ODS 4 (educação de qualidade) e 9 (inovação e infraestrutura), promovendo aprendizado contínuo e inovação. Apesar dos avanços tecnológicos, o Brasil ainda enfrenta desigualdades no acesso digital, exigindo ações coordenadas

para garantir conectividade e inclusão educacional.

3. OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E O ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O ODS 4 tem como uma de suas metas "assegurar o acesso equitativo à educação técnica, profissional e superior de qualidade". Os RIs, ao disponibilizarem gratuitamente teses, dissertações, artigos, livros e materiais didáticos, viabilizam o acesso a conteúdo que, de outra forma, estaria restrito a assinaturas ou instituições privilegiadas.

Quando associados à política de Recursos Educacionais Abertos (REA), os RIs fortalecem a inclusão educacional, promovem práticas pedagógicas inovadoras e contribuem para a formação de professores e estudantes, especialmente em países em desenvolvimento. Assim, tornam-se não apenas mecanismos de preservação do conhecimento, mas agentes ativos na redução de desigualdades educacionais.

Ao disponibilizarem gratuitamente materiais acadêmicos como teses, dissertações, artigos, relatórios e produções didáticas, os RIs atuam como facilitadores da educação inclusiva e equitativa. É comum, por exemplo, que universidades de regiões menos favorecidas se beneficiem do acesso remoto à produção de instituições de referência nacional.

Os RIs também podem hospedar Recursos Educacionais Abertos (REA), permitindo reuso, adaptação e redistribuição de conteúdo. Essa prática está diretamente relacionada à inclusão digital e à formação docente, ampliando horizontes pedagógicos e metodológicos.

4. O ACESSO ABERTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

As origens do Acesso Aberto estão fortemente ligadas aos avanços tecnológicos da década de 1990, com a expansão da internet e a possibilidade de disseminar informações a uma escala global. Nesse contexto, os pesquisadores começaram a questionar o modelo tradicional de publicação científica, onde os resultados de pesquisas financiadas publicamente estavam, muitas vezes, acessíveis apenas para aqueles que podiam pagar pelas revistas científicas ou estavam vinculados a instituições de ensino com acesso a esse conteúdo.

A Ciência Aberta abrange diversos aspectos da produção científica, contemplando diferentes perspectivas, muitas vezes divergentes, mas que se alinham em torno da distribuição, do acesso e da produção do conhecimento científico de forma livre de barreiras legais, tecnológicas ou sociais. Nesse contexto, destaca-se o movimento de Acesso Aberto, que defende a disponibilização ampla, gratuita e pública dos resultados de pesquisas científicas. Da mesma forma, o movimento de dados abertos incentiva a publicação acessível de dados científicos e de interesse público, como informações governamentais e climáticas. Embora promova a abertura, o movimento também valoriza a proteção

do anonimato e dos dados pessoais sensíveis, priorizando a segurança coletiva sobre uma exposição indiscriminada.

O acesso aberto nesse contexto significa a disponibilização livre pública na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de links para os textos completos dos artigos, bem como capturá-los para indexação ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal. (LEITE, 2009)

O Plano de Ação de Ciência Aberta da UNESCO (2021) reforça a importância de repositórios como ferramentas estratégicas para democratizar o acesso ao conhecimento científico. O plano apresenta diretrizes que destacam a necessidade de promover o acesso aberto a publicações, dados e materiais educacionais, permitindo que a ciência seja mais inclusiva e equitativa; fortalecer a colaboração global ao conectar repositórios institucionais e plataformas abertas; facilitar a integração de recursos educacionais abertos (REA) e outros materiais científicos às metas da Agenda 2030, particularmente no contexto do ODS 4, que busca assegurar uma educação de qualidade para todos.

A globalização da sociedade não pode ser alcançada sem assegurar o acesso aberto aos seus recursos científicos, fundamentais para impulsionar o progresso científico e tecnológico. Diversos programas, projetos e documentos elaborados por organizações internacionais, como a União Europeia, a UNESCO, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), entre outras, têm como objetivo garantir o acesso ao conhecimento global. Esses esforços buscam oferecer acesso aberto a informações relevantes, alinhando-se às práticas globais de divulgação dos resultados das pesquisas realizadas por cientistas em acesso aberto. De acordo com a Declaração de Berlim (2003), para que o acesso aberto se consolide como uma prática vantajosa, é necessário o envolvimento ativo de todas as pessoas responsáveis pela produção de conhecimento científico.

O acesso aberto à produção técnica, científica e acadêmica através de bases digitais online contribui com relevância no aperfeiçoamento de outras pesquisas, cujos resultados refletem em uma melhoria de novos produtos e serviços à sociedade, onde os repositórios institucionais permitem o comprometimento das instituições com a questão da sustentabilidade e auxiliam como ferramenta de apoio à tomada de decisões.

A educação aberta atraiu considerável atenção e discussão durante vários anos, mas, no entanto, é um conceito complexo, sujeito a diferentes interpretações, em que abertura pode ser considerada como acesso livre ou como recursos abertos licenciados ou ainda como abertura como recursos abertos educativos e com vários elementos relacionados. Segundo Otsuka et al. (2015), poucas ações têm sido promovidas para que esses recursos sejam produzidos e compartilhados como recursos educacionais abertos, favorecendo o reuso e a produção colaborativa. Assim ela busca promover o uso e o compartilhamento de recursos de maneira aberta, com base na ideia de que a educação é moldada por diversos contextos, onde esses contextos destacam a importância de métodos variados de ensino e aprendizagem.

Uma das primeiras iniciativas relevantes foi a Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative - OAI), lançada em 1999. A OAI visava criar um sistema de arquivos digitais abertos, permitindo que os pesquisadores depositassem suas publicações em repositórios online, tornando os conteúdos disponíveis a qualquer pessoa com acesso à internet. A ideia de autoarquivamento tornou-se um princípio central do movimento de Acesso Aberto, permitindo aos autores depositarem suas publicações em repositórios institucionais ou temáticos, sem a necessidade da intermediação das editoras tradicionais.

Kramer e Klebl (2011) discutem o potencial do Edu-sharing, um portal open-source para repositórios, que apoia o desenvolvimento de conteúdos reutilizáveis e encoraja práticas colaborativas entre educadores. Tais iniciativas demonstram alinhamento com os objetivos de sustentabilidade educacional previstos no ODS 4.

A partir dos anos 2000, diversas instituições governamentais e de financiamento começaram a apoiar a iniciativa do Acesso Aberto, reconhecendo o valor de tornar os resultados de pesquisas financiadas publicamente acessíveis a todos. Por exemplo, o National Institutes of Health (NIH) dos Estados Unidos adotou, em 2008, uma política que exige que todas as pesquisas financiadas pelo governo sejam disponibilizadas de forma aberta em repositórios públicos. Essa abordagem foi fundamental para a consolidação do movimento de Acesso Aberto, mostrando que o acesso livre ao conhecimento não só é viável, mas também essencial para o avanço científico global.

A consolidação formal para este conceito começa a se consolidar quando a Open Society Foundations e outras organizações internacionais passaram a apoiar o desenvolvimento de materiais educacionais abertos e o uso de tecnologias digitais para disseminar o conhecimento. Ao longo dos anos 2000, com a popularização da internet, diversas plataformas começaram a oferecer recursos educacionais digitais, promovendo o compartilhamento aberto e colaborativo desses materiais.

5. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (ODS 4)

Antes dos ODS, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) focavam em temas como pobreza e saúde, com menor atenção à sustentabilidade. A partir da ECO-92 e da Agenda 2030, o desenvolvimento sustentável passou a ser prioridade global, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

No Brasil, a cooperação com a ONU evoluiu por meio de marcos como o UNDAF e o atual Marco de Parceria para o Desenvolvimento Sustentável, que alinha o país à Agenda 2030. Essa cooperação multilateral envolve governo, ONU, setor privado, academia e sociedade civil, com ações centradas nos cinco pilares da Agenda: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

A Agenda 2030 estabelece metas mensuráveis com indicadores para orientar políticas públicas sustentáveis. Essa abordagem representa uma mudança na forma de compreender a relação entre

sociedade e natureza.

A educação, especialmente no ensino superior, é vista como chave para atingir os ODS, por meio do fortalecimento de competências cidadãs e profissionais voltadas à sustentabilidade. As universidades, agora reconhecidas como protagonistas na Agenda 2030, têm papel essencial na promoção da educação crítica, inovação, pesquisa e liderança para transformar a sociedade.

A educação deve encontrar maneiras de responder a esses desafios, levando em conta múltiplas visões de mundo e outros sistemas de conhecimento, além de novas fronteiras em ciência e tecnologia, como os progressos em neurociências e os avanços na tecnologia digital. Repensar o propósito da educação e a organização da aprendizagem nunca foi tão urgente. (UNESCO, 2016)

Um dos fundamentos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é a disponibilidade de educação de alto padrão e do saber científico. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade) destaca a importância de garantir uma educação inclusiva, justa e de alta qualidade para todos. Os repositórios institucionais auxiliam nesse propósito ao oferecer gratuitamente a produção científica e acadêmica, fomentando a acessibilidade ao saber em nível mundial.

Embora o ODS 4 seja o mais diretamente associado aos repositórios, há interseções relevantes com outros objetivos, como:

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: Ao reunir pesquisas tecnológicas, dados abertos e publicações científicas aplicadas, os RIs favorecem a inovação, apoiando startups, empreendedores e políticas públicas baseadas em evidências.
- ODS 5 – Igualdade de Gênero: Repositórios com políticas de metadados sensíveis ao gênero e à diversidade permitem estudos sobre desigualdade na produção científica e podem promover ações de equidade.
- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: O compartilhamento interinstitucional de repositórios, interoperabilidade de sistemas e adoção de padrões internacionais fortalecem colaborações globais para o desenvolvimento sustentável.
- **Estudos de Caso e Iniciativas Relevantes** Projetos como a RBRD (Rede Brasileira de Repositórios Digitais), o Repositório da UFU, o Repositório Educacional da UNICAMP e a iniciativa COAR (Confederation of Open Access Repositories) mostram a diversidade e potencial dos RIs no Brasil e no mundo.
- A integração entre sistemas (ex.: OAI-PMH), uso de padrões de metadados como Dublin Core e adoção de licenças Creative Commons ampliam as possibilidades de reuso e visibilidade internacional.

A educação aberta é uma tendência emergente que procura integrar de forma inovadora e significativa a troca de ideias entre educadores, os recursos e a cultura digital, privilegiando a

cooperação e a interação. Esta perspectiva educacional fundamenta-se na ideia de que todos devem possuir a liberdade para usar, adaptar, melhorar e redistribuir os recursos educacionais, sem limitações. Esta visão é compartilhada por vários grupos, incluindo professores e alunos, que estão trabalhando juntos para tornar a educação mais acessível e eficiente.

Compartilhar conhecimento de forma aberta é essencial para o desenvolvimento econômico e para a aprendizagem na era digital, beneficiando as futuras gerações. Alinhadas ao ODS 4 da ONU, que busca garantir educação de qualidade e inclusiva, as universidades vêm incorporando os ODS em suas práticas, ampliando ações, publicações e parcerias para cumprir a Agenda 2030.

As universidades têm o dever e a capacidade de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formando profissionais e líderes conscientes. Com milhões de estudantes, elas impactam a sociedade por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação pedagógica. Ao integrar os ODS em suas atividades, contribuem para o desenvolvimento de competências e pensamento crítico, fortalecendo sua atuação social e adaptando-se às demandas do mundo atual.

Está bem estabelecido que as universidades são um parceiro fundamental para a entrega de todos os ODS. As capacidades das universidades em educação, pesquisa e inovação, bem como sua contribuição para a liderança cívica, social e comunitária, significam que elas têm um papel único em ajudar a sociedade a enfrentar esses desafios. (KESTIN; LUMBRERAS; PUCH, 2020)

Iniciativas internacionais, como a do Massachusetts Institute of Technology (MIT) nos Estados Unidos, foram pioneiras na disponibilização de Recursos Educacionais Abertos (REA) por meio de seus cursos. A partir dessa ação, diversas outras instituições de ensino superior ao redor do mundo se uniram para criar o Open Education Consortium (OEC), que promove o acesso à Educação Aberta (EA) e aos REA, com informações disponíveis no site <http://www.oecconsortium.org>. Outra importante iniciativa é a OER Universitas, um consórcio de universidades de diferentes países que oferece e certifica a participação em cursos abertos baseados exclusivamente em REA, com detalhes no site <https://oeru.org>. No campo dos livros didáticos abertos para o ensino superior, destacam-se a OpenStax, nos Estados Unidos, disponível em <http://openstax.org>, e o Projeto Latin, na América Latina, acessível pelo site <http://www.proyectolatin.org>.

Um dos principais pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS) é garantir que todos, independentemente da sua condição social, econômica ou geográfica, tenham acesso à educação de qualidade.

O tipo de conteúdo produzido influencia diretamente sua sustentabilidade e a forma como pode ser utilizado e reutilizado. Por exemplo, uma imagem digital pode ser facilmente inserida em um documento, enquanto um livro físico exige digitalização e compatibilidade de formato para permitir sua reutilização.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS) destaca a importância de assegurar que todos tenham acesso a uma educação de alto padrão e oportunidades de aprendizado ao longo da vida.

Outro ponto importante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS) é promover o conceito de educação ao longo da vida, em que os materiais informacionais tornam-se uma ferramenta essencial para isso, pois oferecem oportunidades de aprendizado contínuo, mesmo após o término da educação formal. Profissionais podem acessar cursos e recursos para atualização e aperfeiçoamento contínuo, e pessoas de diferentes idades podem aprender em seu próprio ritmo. Plataformas de MOOCs (Massive Open Online Courses) e cursos autodirigidos baseados em Recursos Educacionais Abertos (REA) têm sido fundamentais para a criação de uma educação flexível e acessível, em que os alunos podem aprender de acordo com sua própria disponibilidade de tempo e de maneira independente (McAndrew et al., 2010).

As mudanças que estão ocorrendo têm um grande impacto na educação, sinalizando a emergência de um novo cenário global para a aprendizagem. Embora nem todas essas transformações exijam uma resposta imediata por meio de políticas educacionais, elas criam condições que precisam ser consideradas. Essas mudanças demandam não apenas a adoção de novas práticas, mas também a formação de novas perspectivas para entender a natureza da aprendizagem e o papel do conhecimento e da educação no desenvolvimento humano.

Esse novo contexto de transformações sociais exige uma reflexão profunda sobre os objetivos da educação e a estruturação da aprendizagem, sendo responsabilidade do professor procurar recursos pedagógicos que incentivem a participação ativa dos alunos, orientando-os na integração do conhecimento pré-existente com as novas informações adquiridas através das interações com as diferentes fontes de conteúdo disponíveis.

CONCLUSÃO

Os Repositórios Institucionais, ao propiciarem o acesso livre e gratuito ao conhecimento acadêmico, representam instrumentos estratégicos na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo no campo educacional, científico e tecnológico. Seu fortalecimento depende do engajamento de gestores, bibliotecários, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. A integração entre os RIs e os ODS representa não apenas uma oportunidade de transformação institucional, mas também um compromisso ético com o futuro da humanidade.

Apesar do potencial dos repositórios, diversos desafios limitam sua efetividade como ferramentas para os ODS com o baixo índice de autoarquivamento por parte dos autores; a falta de políticas institucionais consolidadas para o uso de REA; o desconhecimento por parte de docentes e discentes sobre as funcionalidades e vantagens dos RIs; a carência de interoperabilidade entre plataformas nacionais e internacionais.

Por outro lado, o crescente engajamento de instituições com a ciência aberta, o

desenvolvimento de políticas de dados abertos e o reconhecimento dos RIs como meios de avaliação institucional apontam para um cenário promissor. Projetos como a Rede Brasileira de Repositórios Digitais (RBRD) e a iniciativa COAR (Confederation of Open Access Repositories) reforçam essa tendência.

Entre os principais desafios destacam-se o desconhecimento por parte da comunidade acadêmica; o baixo índice de autoarquivamento; a carência de políticas institucionais claras; a pouca integração entre repositórios e portais educacionais.

REFERÊNCIAS

- COAR. **Confederation of Open Access Repositories**. <https://www.coar-repositories.org>
- FRANÇA, Fernanda Percia y ARAUJO, Denise Oliveira de y SILVA, Márcio Bezerra da. A ferramenta para repositórios institucionais DSpace: conceitos e características. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 13 n. 2, 2020. Recuperado el 2 de octubre de 2024, de [A ferramenta para repositórios institucionais DSpace: conceitos e características | Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação](#)
- KESTIN, T.; LUMBRERAS, J. y PUCH, M. C. **Acelerando a educação para os ODS nas universidades**: um guia para universidades, faculdades e instituições de ensino superior e terciárias. Nova York: Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável, 2020. Recuperado el 2 de octubre de 2024, de <https://files.unsdsn.org/210721%20accelerating-education-for-the-sdgs-in-unis-PT.pdf>
- KRÄMER, Bernd J. und KLEBL, Michael. Open Educational Resources and the edu-sharing Repository Network. eL&mL 2011: The Third International Conference on Mobile, Hybrid, and Online Learning. Recuperado el 7 de diciembre de 2024, de [elml 2011 3 20 50043.pdf](http://elml.2011.3.20.50043.pdf)
- LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Recuperado el 7 de diciembre de 2024, de <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%20c3%a7%20c3%a3o%20cient%20c3%adfica%20bra%20sileira.pdf>
- ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- OPENAIRE. **Open Access Infrastructure for Research in Europe**. <https://www.openaire.eu>
- SAYÃO, Luis; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flávia Garcia y MARCONDES, Carlos Henrique. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. EDUFBA, 2009. Recuperado el 6 de agosto de 2024, de https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf
- UNESCO. **Repensando a educação: rumo a um bem comum?** Paris: UNESCO, 2016. Recuperado el 8 de octubre de 2024, de <https://files.unsdsn.org/210721%20accelerating-education-for-the-sdgs-in-unis-PT.pdf>
- UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem**. Paris: UNESCO, 2017.